

Companhia
Energética Sinop S.A.

(Pré-operacional)

**Informações contábeis
intermediárias
em 31 de março de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 – Bloco 02, 3º andar, sala 302 – Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 – Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700, Fax +55 (61) 3362 3701
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB



aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A informação contábil intermediária relativa à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018		Nota	31/03/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	732	522	Fornecedores	13	49.336	42.993
Aplicações financeiras	5	35.265	15.999	Tributos e contribuições a recolher		1.201	3.735
Contas a receber	6	42.930	17.599	Obrigações trabalhistas		1.782	1.491
Estoques		1.157	-	Obrigações setoriais		236	97
Tributos e contribuições a recuperar	7	21.317	34.657	Financiamento BNDES	14	168.163	99.018
Adiantamentos		2.494	221	Debêntures	15	6.689	5.879
Despesas antecipadas	8	6.336	15.833	Uso do bem público	12	3.302	3.792
Total do ativo circulante		110.231	84.831	Provisões sócioambientais	16	17.952	17.952
				Provisões para contingências	17	898	108
Não circulante				Total do passivo circulante		249.559	175.065
Tributos e contribuições a recuperar	7	17.068	189	Não circulante			
Fundos vinculados	9	67.445	56.616	Financiamento BNDES	14	905.994	977.785
Ativo fiscal diferido	10	378.527	367.492	Debêntures	15	238.078	230.915
Total do realizável a longo prazo		463.040	424.297	Obrigações setoriais		315	65
				Uso do bem público	12	27.207	26.965
Imobilizado	11	1.966.273	1.893.160	Provisões sócioambientais	16	44.136	44.136
Intangível	12	30.449	30.762	Total do passivo não circulante		1.215.730	1.279.866
Total do ativo não circulante		2.459.762	2.348.219	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	1.842.200	1.694.200
Total do ativo		2.569.993	2.433.050	Prejuízos acumulados	18	(737.496)	(716.081)
				Total do patrimônio líquido		1.104.704	978.119
				Total do passivo e do patrimônio líquido		2.569.993	2.433.050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos	
		31/03/2019	31/03/2018
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	19	61.880	15.029
Custos com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	20	(78.354)	(26.605)
Encargos de uso da rede elétrica	21	<u>(8.902)</u>	<u>(8.495)</u>
Resultado bruto		<u>(25.376)</u>	<u>(20.071)</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(7.902)	(5.668)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(33.278)</u>	<u>(25.739)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.140	2.153
Despesas financeiras		<u>(312)</u>	<u>(130)</u>
Resultado financeiro	23	<u>828</u>	<u>2.023</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(32.450)</u>	<u>(23.716)</u>
Contribuição social diferida	10	2.919	2.134
Imposto de renda diferido	10	<u>8.116</u>	<u>5.923</u>
Resultado do período		<u><u>(21.415)</u></u>	<u><u>(15.659)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses findos</u>	
	31/03/2019	31/03/2018
Resultado do período	(21.415)	(15.659)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(21.415)</u>	<u>(15.659)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2018		<u>1.550.200</u>	<u>(449.185)</u>	<u>1.101.015</u>
Integralização de capital social em moeda corrente		144.000	-	144.000
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(15.659)</u>	<u>(15.659)</u>
Saldo em 31 de março de 2018		<u>1.694.200</u>	<u>(464.844)</u>	<u>1.229.356</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019		<u>1.694.200</u>	<u>(716.081)</u>	<u>978.119</u>
Integralização de capital social em moeda corrente		148.000	-	148.000
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(21.415)</u>	<u>(21.415)</u>
Saldo em 31 de março de 2019	18	<u>1.842.200</u>	<u>(737.496)</u>	<u>1.104.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	(32.450)	(23.716)
Encargos da dívida	33.709	-
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)	(42.920)	(4.929)
Depreciação e amortização	648	118
	(41.013)	(28.527)
Variações no ativo		
Adiantamentos	(2.273)	79
Tributos e contribuições a recuperar	(3.539)	(4.421)
Títulos e créditos a receber	18.379	-
Despesas antecipadas	9.497	17
Depósitos vinculados	(10.829)	(350)
Estoques	(1.157)	-
	10.078	(4.675)
Variações no passivo		
Fornecedores	(14.184)	(42.682)
Tributos e contribuições a recolher	(2.534)	(3.066)
Obrigações trabalhistas	291	(5)
Encargos setoriais	389	-
Uso do bem público	(525)	-
	(16.563)	(45.753)
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	(24.016)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(71.514)	(78.955)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(19.267)	26.020
Adição de imobilizado	(52.168)	(88.706)
Adição de intangível	-	(65)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(71.435)	(62.751)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	148.000	144.000
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	(4.841)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	143.159	144.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	210	2.294
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	522	1.083
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	732	3.377
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	210	2.294

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2019	31/03/2018
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	68.869	16.560
	68.869	16.560
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(96.366)	(35.100)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.092)	(2.604)
Outras (contingências trabalhistas)	(790)	-
	(101.248)	(37.704)
3 - Valor adicionado bruto	(32.379)	(21.144)
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(648)	(118)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(33.027)	(21.262)
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.140	2.153
	1.140	2.153
7 - Valor adicionado total a distribuir	(31.887)	(19.109)
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	1.763	2.421
Benefícios	317	280
FGTS	98	93
	2.178	2.794
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(13.094)	(6.526)
Estaduais	16	79
Municipais	-	-
	(13.078)	(6.447)
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	312	130
Aluguéis	116	73
	428	203
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do período	(21.415)	(15.659)
	(21.415)	(15.659)
Valor adicionado total	(31.887)	(19.109)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (Companhia ou Sinop Energia) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. na composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 18), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (UHE ou UHE Sinop ou Usina ou Empreendimento), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662, e a Usina situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do Empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal (ASV), ASV Solo e ASV Rocha.
- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).
- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

Em atendimento ao item (iii), o cronograma perante o Poder Concedente para o início de suprimento de energia foi alterado para 1º de dezembro de 2018 e, ainda, os prazos inicial e final dos CCEAR foram ajustados para 1º de dezembro de 2018 e 30 de novembro de 2048, respectivamente, por meio de aditivos contratuais. A energia para atender aos CCEAR firmados pela Companhia tem sido adquirida de terceiros com recursos provenientes dos acionistas da Sinop Energia.

Neste contexto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT) concedeu a Licença de Instalação definitiva, cuja validade é até 5 de junho de 2022. Em 19 de outubro de 2018, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão que, entre outros ajustes, resultou nas seguintes alterações significativas ao Contrato de Concessão, o qual passou a prever que: (i) o início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora fosse em 1º de dezembro de 2018 e o início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora fosse em 1º de fevereiro de 2019; e (ii) o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Todavia, o início das operações previsto no aditivo do contrato de concessão foi prejudicado pela obtenção da Licença de Operação (LO) para o enchimento da barragem, o qual, conforme mencionado acima, em 18 de janeiro de 2018, a Companhia protocolizou com a SEMA/MT o requerimento solicitando a LO sob o nº 23414/2018, que trata do enchimento do reservatório e da subsequente operação da Usina. Em 30 de janeiro de 2019, iniciou-se o enchimento do reservatório da UHE Sinop, conforme a Autorização nº 1028/2019 emitida em 24 de janeiro de 2019 pela SEMA-MT com validade até 19 de janeiro de 2020.

Em decorrência do citado anteriormente, principalmente pela licença para o enchimento da barragem, a entrada em operação da Companhia foi postergada e está prevista para 31 de maio de 2019.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos relacionados no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento é composto por 56 programas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos, a serem gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como durante sua operação.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da Receita Federal do Brasil (RFB). As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou Chancela nº 000124 com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ. Em 29 de dezembro de 2017, através da Resolução nº

353, a SUDAM aprovou o pleito de redução, ficando a Companhia obrigada a informar a efetiva entrada em operação do Empreendimento.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 139.328 e prejuízo no trimestre de R\$ 21.415 (R\$ 15.659 em 31 de março de 2018) e ainda terá o dispêndio de gastos significativos até o comissionamento das unidades geradoras do Empreendimento. De acordo com estimativas e projeções, tanto o capital circulante líquido negativo quanto as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE Sinop e início de suas operações serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários, caso seja necessário.

Conforme os termos do Acordo de Acionistas, o contrato de financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, os acionistas aportarão os recursos adicionais necessários para viabilizar a entrada em operação da UHE Sinop.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de janeiro de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 83,2% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de janeiro de 2019 para 31 de maio de 2019.

Em contrapartida à concessão do *waiver* pelos debenturistas, os acionistas da Companhia assumiram o compromisso de realizar aportes mensais no período entre janeiro e maio de 2019, totalizando R\$ 181.000, e, ainda, a Sinop Energia realizará o pagamento aos debenturistas de um *waiver fee* de 0,1% sobre o valor nominal de cada debênture em 31 de janeiro de 2019, sendo que ambos os compromissos foram integralmente cumpridos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 14 de maio de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real e estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia adotou no dia 1º janeiro de 2019, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 que requer o reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil como uma compra financiada de ativos, exceto para os casos em que os contratos forem de curto prazo ou imateriais.

A Companhia realizou uma análise dos contratos de alugueis existentes em 31 de março de 2019 e identificou que os mesmos têm período de vigência de curto prazo. Portanto, os contratos de alugueis não têm impacto relevante na adoção do IFRS 16.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/12/2018
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	465	88
- Banco Itaú Unibanco S.A.	121	186
- Banco do Brasil S.A.	85	74
- Banco ABC S.A.	59	172
	<u>732</u>	<u>522</u>

Em 31 de março de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista. São utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

5 Aplicações financeiras

	31/03/2019	31/12/2018
Fundos de investimento (i)	-	12.862
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (ii)	35.265	3.137
	<u>35.265</u>	<u>15.999</u>

Principais características das aplicações financeiras:

- (i) Fundos de investimento do tipo multimercado gerido pelo Bradesco, com taxa de remuneração realizada em 2018 de 98,85% do CDI.
- (ii) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período de três meses findo em 31 de março de 2019 de 98% do CDI (98% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

6 Contas a receber

	31/03/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	<u>42.930</u>	<u>17.599</u>
	<u>42.930</u>	<u>17.599</u>

Referem-se à venda de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 42.079 (R\$ 13.649 em 31 de dezembro de 2018) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) R\$ 851 (R\$ 3.950 em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com as normas vigentes estabelecidas pela ANEEL e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, em função da Sinop Energia está comercializando energia em fase pré-operacional, a Companhia recebe os créditos oriundos dos contratos no ACR no prazo de sessenta dias após a emissão de nota fiscal, deduzido do percentual de 15%, a partir do terceiro mês de atraso de entrada em operação.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante

	31/03/2019	31/12/2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (a)	11.938	23.154
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (b)	6.572	6.341
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (a)	2.807	5.162
	<u>21.317</u>	<u>34.657</u>

Não circulante

	31/03/2019	31/12/2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (a)	13.671	-
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (a)	2.968	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	105
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar	66	66
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	17.068	189

- (a) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.
- (b) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 31 de março de 2019 referentes aos aportes dos acionistas, aportes do BNDES e recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures.

8 Despesas antecipadas

	31/03/2019	31/12/2018
Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão (EUST) (a)	5.929	15.738
Seguros	407	95
	6.336	15.833

- (a) Pagamento dos EUST referentes ao período de dezembro de 2017 a junho de 2018. A partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia está obrigada a cumprir os contratos CCEARs. Conseqüentemente, os Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão foram apropriados no valor de R\$ 9.809 (R\$ 3.266 em 31 de dezembro de 2018).

Movimentação das despesas antecipadas - 3 meses

<u>Saldo em 01/01/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/03/2019</u>
15.738		(9.809)	5.929

Movimentação das despesas antecipadas - 12 meses

<u>Saldo em 01/01/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
-	19.004	(3.266)	15.738

9 Fundos vinculados

	31/03/2019	31/12/2018
Conta reserva	28.924	28.454
Conta reserva adicional	28.893	28.162
Conta centralizadora	9.628	-
	67.445	56.616

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia. A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de

Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”. A conta reserva adicional deve ser composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 14.

Os montantes depositados na conta reserva e na conta reserva adicional estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, conforme recomendado pelo BNDES no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Anexo V, “Investimentos Permitidos”, com a seguinte composição: 87,26% em títulos públicos; 12,74% em compromissadas, remunerada em 6,15% nos últimos 12 meses.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Alíquota	31/03/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(125.561)	(93.123)
Imposto de renda diferido	25%	30.834	22.719
Contribuição social diferida	9%	11.098	8.178
		<u>41.932</u>	<u>30.897</u>
	Alíquota	31/03/2019	31/12/2018
Diferenças temporárias		(989.984)	(989.984)
Imposto de renda diferido	25%	247.496	247.496
Contribuição social diferida	9%	89.099	89.099
		<u>336.595</u>	<u>336.595</u>
		31/03/2019	31/12/2018
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.115.545)	(1.083.107)
Imposto de renda diferido		278.330	270.215
Contribuição social diferida		100.197	97.277
		<u>378.527</u>	<u>367.492</u>

Os saldos de ativo fiscal diferidos referem-se ao prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>229.977</u>
Reconhecimento no período	8.057
Saldo em 31 de março de 2018	<u>238.035</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>367.492</u>
Reconhecimento no período	11.035
Saldo em 31 de março de 2019	<u>378.527</u>

c. Demonstrativo da base de cálculo

	31/03/2019		31/03/2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.450)	(32.450)	(23.716)	(23.716)
Efeito das adições no cálculo do tributo	12	12	-	-
Adições	12	12	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(32.438)	(32.438)	(23.716)	(23.716)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	(8.110)	(2.919)	(5.929)	(2.134)
Outros	(6)		6	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.116)	(2.919)	(5.923)	(2.134)

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de março de 2019:

Exercícios	Total
2020	676
2021	2.222
2022	4.183
2023	5.894
2024	8.112
2025	8.908
2026	10.748
2027	12.548
2028	14.928
2029	17.164
2030	19.418
Após 2030	273.726
Total	378.527

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

11 Imobilizado

Movimentação do período trimestre findo em 31 de março de 2019 do imobilizado

		Saldos em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/03/2019
Geração em curso						
Terrenos		387.428	1.160	-	1.023	389.611
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.398.002	2.994	-	20.114	1.421.110
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		480.950	11.382	-	22	492.354
Máquinas e equipamentos a ratear		328.704	1.913	-	1.186	331.803
Veículos		447	-	-	-	447
Estudos de projetos a ratear	(a)	23.574	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(b)	3.599	407	-	(1.794)	2.212
		2.622.704	17.856	-	20.551	2.661.111
Terrenos a pagar	(c)	255	4.222	-	(1.023)	3.454
Medições	(c)	9.826	16.688	-	(19.528)	6.986
Juros capitalizados	(d)	249.830	34.184	-	-	284.014
Subtotal - Geração em curso		2.882.615	72.950	-	-	2.955.565

Em serviço

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/03/2019
Geração em curso					
Veículos	.	121	-	-	121
Máquinas e equipamentos	65	94	-	-	159
(-) Depreciação acumulada	(3)	-	(3)	-	(6)
Subtotal - Geração em serviço	<u>62</u>	<u>215</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>274</u>
Total geração	<u>2.882.677</u>	<u>73.165</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>2.955.839</u>
Administração					
Em serviço	1.168	5	-	-	1.173
(-) Depreciação acumulada	(752)	-	(54)	-	(806)
Total Administração	<u>416</u>	<u>5</u>	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>367</u>
Total	<u>2.883.093</u>	<u>73.170</u>	<u>(57)</u>	<u>-</u>	<u>2.956.206</u>
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(989.933)	-	-	-	(989.933)
Imobilizado líquido	<u>1.893.160</u>	<u>73.170</u>	<u>(57)</u>	<u>-</u>	<u>1.966.273</u>

Movimento do exercício findo 31 de dezembro de 2018 do imobilizado

		Saldos em 2017	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 2018
Geração em curso						
Terrenos		311.060	52.174	-	24.194	387.428
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.230.556	35.816	-	131.630	1.398.002
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		210.603	187.830	-	82.517	480.950
Máquinas e equipamentos a ratear		280.145	302	-	48.257	328.704
Veículos		-	447	-	-	447
Estudos de projetos a ratear	(a)	23.574	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(b)	25.980	30.327	-	(52.708)	3.599
		<u>2.081.918</u>	<u>306.896</u>	<u>-</u>	<u>233.890</u>	<u>2.622.704</u>
Terrenos a pagar	(c)	11.324	13.100	-	(24.169)	255
Medições	(c)	25.471	194.076	-	(209.721)	9.826
Juros capitalizados	(d)	147.141	102.689	-	-	249.830
Subtotal - Geração em curso		<u>2.265.854</u>	<u>616.761</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.882.615</u>
Em serviço						
Máquinas e equipamentos		-	65	-	-	65
(-) Depreciação acumulada		-	-	(3)	-	(3)
Subtotal - Geração em serviço		<u>-</u>	<u>65</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>62</u>
Total geração		<u>2.265.854</u>	<u>616.826</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>2.882.677</u>
Administração						
Em serviço		1.120	52	(4)	-	1.168
(-) Depreciação acumulada		(540)	-	(212)	-	(752)
Total Administração		<u>580</u>	<u>52</u>	<u>(216)</u>	<u>-</u>	<u>416</u>
Total		<u>2.266.434</u>	<u>616.878</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>2.883.093</u>
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(613.475)	(376.458)	-	-	(989.933)
Imobilizado líquido		<u>1.652.959</u>	<u>240.420</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>1.893.160</u>

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de março de 2019, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (a) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.

- (b) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (c) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (d) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

	31/03/2019	31/12/2018
Encargos BNDES (i)	25.953	92.233
Encargos debêntures (ii)	7.756	12.618
Apropriação de custo BNDES	258	960
Apropriação de custo debêntures	217	438
Receita financeira das aplicações financeiras (iii)	-	(3.560)
	34.184	102.689

- (i) Encargos incidentes sobre os valores aportados, relativos ao subcrédito "A", conforme o Contrato de Financiamento, cláusula terceira, capitalizados mensalmente.
- (ii) Encargos incidentes sobre os valores aportados no mês de julho de 2018, conforme a Escritura de Debêntures, cláusula 4.2, capitalizados mensalmente.
- (iii) Referem-se aos rendimentos dos saldos recebidos dos aportes das debêntures e do financiamento com o BNDES, aplicados em renda fixa de liquidez diária e baixo risco (Nota Explicativa nº 5).

O montante total de adições de imobilizado no período de 3 meses findos em 31 de março de 2019 que não envolveram caixa foi de R\$ 98.421 (R\$ 19.208, em 31 de dezembro de 2018).

Teste de recuperabilidade

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018.

Para fins de teste, foi considerada a entidade como uma única UGC, sendo adotadas as seguintes premissas:

- (a) Tendo em vista a ausência de valor justo de venda do ativo, foi considerado o Valor em Uso.
- (b) Fluxo de caixa projetado de 30 anos que considera o prazo de concessão.
- (c) As receitas levaram em consideração o valor contratado atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- (d) A taxa efetiva utilizada em 31 de dezembro de 2018 foi de 10,09% (9,29% em 31 de dezembro de 2017), no referido fluxo de caixa projetado.

O valor da provisão reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 376.458 (R\$ 613.475 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de março de 2019, a Companhia revisou as premissas e estimativas de seu teste de recuperabilidade utilizadas em 31 de dezembro de 2018 e constatou que não houve alterações relevantes.

12 Intangível

Movimentação do período trimestre findo em 31 de março de 2019 do intangível

	Saldos em 31/12/2018	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 31/03/2019
Geração				
Em curso -UBP (a)	30.756	278	-	31.034
(-) Amortização acumulada (b)	(175)	-	(525)	(700)
Total - Geração	30.581	278	(525)	30.334

Administração Central				
Em serviço (c)	922	-	-	922
(-) Amortização acumulada	(741)	-	(66)	(807)
Total - Administração	181	-	(66)	115
Total	30.762	278	(591)	30.449

Movimento do exercício findo 31 de dezembro de 2018 do intangível

	Saldo em 2017	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 2018
Geração				
Em curso -UBP (a)	25.555	5.201	-	30.756
(-) Amortização acumulada (b)	-	-	(175)	(175)
Total - Geração	25.555	5.201	(175)	30.581
Administração Central				
Em serviço (c)	853	69	-	922
(-) Amortização acumulada	(477)	-	(264)	(741)
Total - Administração	376	69	(264)	181
Total	25.931	5.270	(439)	30.762

- (a) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
 Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreram a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O montante a ser pago será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 3.302 em 31 de março de 2019 e R\$ 3.792 em 31 de dezembro de 2018) e não circulante (R\$ 27.207 em 31 de março de 2019 e R\$ 26.965 em 31 de dezembro de 2018) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,74% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

Amortização/pagamento da UBP, com início em dezembro de 2018 (início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado).

Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

13 Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Energia comprada para revenda (a)	24.988	19.944
Materiais e serviços (b)	15.731	15.289
Fundário (c)	3.508	255
Retenções contratuais (d)	2.171	2.051
Partes relacionadas (e)	1.980	4.685
Outros (f)	958	769
	49.336	42.993

- (a) Referem-se às obrigações oriundas da aquisição de energia elétrica no ACR.

- (b) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados.
- (c) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
- (d) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.
- (e) Referem-se aos serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços.
- (f) Referem-se substancialmente aos gastos operacionais do Empreendimento.

14 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 11).

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de março de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	36.929	-	(1.838)	35.091
Atualização	TJLP	-	133.072	-	133.072
		36.929	133.072	(1.838)	168.163
Não circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	916.193	-	(18.286)	897.907
Atualização	TJLP	-	8.087	-	8.087
		916.193	8.087	(18.286)	905.994
Total do financiamento		953.122	141.159	(20.124)	1.074.157

Movimentação do financiamento em 2019 – 3 meses

	Saldo em 2018	Adições	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2019
Circulante							
Subcrédito A	18.950	-	(4.841)	20.723	-	(258)	35.090
Atualização	80.068	-	(24.016)	77.021	-	-	133.073
	99.018	-	(28.857)	97.794	-	(258)	168.163
Não circulante							
Subcrédito A	918.630	-	-	(20.723)	-	-	897.907
Atualização	59.155	-	-	(77.021)	25.953	-	8.087
	977.785	-	-	(97.794)	25.953	-	905.994
Total do financiamento	1.076.803	-	(28.857)	-	25.953	(258)	1.074.157

Movimentação do custo incremental em 31 de março de 2019

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2019
20.382	-	(258)	20.124

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2018

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
18.845	2.497	(960)	20.382

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado	31/03/2019	31/12/2018
Encargos totais da dívida	25.953	92.233
Amortização do custo incremental	258	960
Rendimento da aplicação financeira	-	(2.440)
	26.211	90.753

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	19.997	-	(1.047)	18.950
Atualização	TJLP	-	80.068	-	80.068
		19.997	80.068	(1.047)	99.018
Não circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	937.966	-	(19.335)	918.631
Atualização	TJLP	-	59.154	-	59.154
		937.966	59.154	(19.335)	977.785
Total do financiamento		957.963	139.222	(20.382)	1.076.803

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	<u>5.000</u>	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	Subcréditos			Total
	A	B	D	Total
Mai/19	1.045	43.000	2.779	46.824
Jun/19	-	-	1.300	1.300
Set/19	-	-	733	733
Dez/19	-	-	47	47
Mar/20	-	-	47	47
Jun/20	-	-	47	47
Set/20	-	-	47	47
Total	1.045	43.000	5.000	49.045

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2019	75.679
2020	91.196
2021	31.208
2022	25.337
2023	27.587
2024	30.036
2025	32.703
Após 2025	760.411
Total	1.074.157

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- (i) Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- (ii) Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- (iii) Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- (iv) Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e do controlador final Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações

assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos): (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da finança corporativa.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis em 31 de março de 2019.

15 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos

recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 14 (quatorze) parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2019	6.119
2020	612
2021	2.286
2022	5.720
2023	9.314
2024	13.598
2025	17.085
A partir de 2025	<u>190.033</u>
Total das debentures	<u>244.767</u>

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) serão integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no sítio na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em demonstrações financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas demonstrações financeiras auditadas.

Composição das debêntures em 31 de março de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	6.490	-	(330)	6.160
Atualização		-	529	-	529
		6.490	529	(330)	6.689
Não circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	229.510	-	(11.277)	218.233
Atualização		-	19.845	-	19.845
		229.510	19.845	(11.277)	238.078
Total das debêntures		236.000	20.374	(11.607)	244.767

Movimentação das debêntures em 2019 – 3 meses

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2019
Circulante						
Debêntures	5.564	-	590	-	(6)	6.160
Atualização	315	-	-	214	-	529
	5.879	-	590	214	(6)	6.689
Não circulante						
Debêntures	218.612	-	(590)	-	(211)	218.233
Atualização	12.303	-	-	7.542	-	19.845
	230.915	-	(590)	7.542	(211)	238.078
Total das debêntures	236.794	-	-	7.756	(217)	244.767

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2019
11.824	-	(217)	11.607

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 31 de março de 2019

Encargos totais da dívida	7.756
Amortização do custo incremental	217
	7.973

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	5.900	-	(336)	5.564
Atualização		-	315	-	315
		5.900	315	(336)	5.879
Não circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	230.100	-	(11.488)	218.612
Atualização		-	12.303	-	12.303
		230.100	12.303	(11.488)	230.915
Total das debêntures		236.000	12.618	(11.824)	236.794

Movimentação das debêntures em 2018 – 12 meses

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2018
Circulante						
Debêntures	-	-	5.900	-	(336)	5.564
Atualização	-	-	-	315	-	315
	-	-	5.900	315	(336)	5.879
Não circulante						
Debêntures	-	236.000	(5.900)	-	(11.488)	218.612
Atualização	-	-	-	12.303	-	12.303
	-	236.000	(5.900)	12.303	(11.488)	230.915
Total das debêntures	-	236.000	-	12.618	(11.824)	236.794

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
-	12.262	(438)	11.824

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis em 31 de março de 2019.

16 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	31/03/2019	31/12/2018
Investimentos sociais	16.462	16.462
Físico biótico	1.490	1.490
	<u>17.952</u>	<u>17.952</u>

Não circulante

	31/03/2019	31/12/2018
Investimentos sociais	43.646	43.646
Físico biótico	490	490
	<u>44.136</u>	<u>44.136</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 17.952 e no passivo não circulante R\$ 44.136, resultando na constituição do valor de provisão socioambiental no montante total de R\$ 62.088.

17 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável”

Movimentação em 2019

	31/12/2018	Adições	Pagamentos/ baixas	31/03/2019
Trabalhistas (a)	108	790	-	898
Total	108	790	-	898

- (a) A Companhia é ré no Processo nº 12283920175230000 na Justiça Trabalhista no estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de março de 2019, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 142.564 (R\$ 100.587 em 31 de dezembro de 2018), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação em 2019 – 3 meses

	31/12/2018	Adições	Pagamentos/ baixas	31/03/2019
Cíveis e outras (a)	67.557	42.179	-	109.736
Trabalhistas (b)	2.762	324	(795)	2.291
Tributárias (c)	30.268	269	-	30.537
Total	100.587	42.772	(795)	142.564

Movimentação em 2018 – 12 meses

	2017	Adições	Pagamentos/ baixas	2018
Cíveis e outras (a)	12.445	57.288	(2.176)	67.557
Trabalhistas (b)	1.960	1.452	(650)	2.762
Tributárias (c)	-	30.268	-	30.268
Total	14.405	89.008	(2.826)	100.587

- (a) Cíveis
- a.1. Ação Civil Pública nº 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do Empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32.224.
 - a.2. Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUIMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT), com perda possível e risco estimado de R\$ 20.000.

- a.3. Recurso administrativo da multa de R\$ 50.000 decorrente de mortandade de peixes localizada a jusante do barramento da UHE Sinop, com risco de R\$ 21.000;
- a.4. Ação civil pública n. 1000.543-12.2019.4.01.3603 que possui como autor o Ministério Público Federal e busca a responsabilização civil da Sinop Energia em razão da mortandade de peixes.

(b) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como “possível” de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(c) Tributárias

- c.1. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 001/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% e multa de infração de 100% totaliza R\$ 9.197. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.
- c.2. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 030/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Cláudia/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% totaliza R\$ 21.071. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.

18 Capital social

Em 31 de março de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.842.200 (R\$ 1.694.200, em 31 de dezembro de 2018), que compreende 1.842.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2019 é de R\$ 1.880.136.449 (R\$ 1.880.136.449 em 31 de dezembro de 2018), até o limite de 1.880.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de março de 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	451.339	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	451.339	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	939.522	958.870	51,0%
	1.842.200	1.880.136	100,0%

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2018:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	415.079	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042	958.870	51,0%
	1.694.200	1.880.136	100,0%

Em 15 de janeiro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 63.000 em moeda corrente, conforme aprovação em Reunião de Conselho de Administração (RCA) de 19 de dezembro de 2018.

Em 05 de fevereiro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 65.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 16 de janeiro de 2019.

Em 07 de março de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 20.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 16 de janeiro de 2019.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	<u>(21.415)</u>	<u>(15.659)</u>
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>1.807.200</u>	<u>1.667.533</u>
Prejuízo por ação (básico) - R\$	<u>(0,01185)</u>	<u>(0,00939)</u>
Prejuízo por ação (diluído) - R\$	<u>(0,01185)</u>	<u>(0,00939)</u>

Em 31 de março de 2019 e 2018, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

19 Receitas líquidas com comercialização de energia elétrica

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Receita com venda de energia elétrica (a)	68.869	16.561
COFINS sobre venda de energia elétrica	(5.234)	(1.259)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.136)	(273)
Encargos setoriais (b)	<u>(619)</u>	<u>-</u>
	<u>61.880</u>	<u>15.029</u>

- (a) Referem-se à comercialização de energia elétrica no ACL (462.107,72 MWh) e no ACR (16.597 MWh).
- (b) Os encargos setoriais referem-se à obrigação de recolher 1% sobre a receita operacional líquida, que passou a ser exigível a partir de 1º de dezembro de 2018, quando encerrou o período de excludente de responsabilidade decretado pela ANEEL, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(ii).

20 Custos com comercialização de energia elétrica

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Energia elétrica comprada para revenda	<u>(78.354)</u>	<u>(26.605)</u>
	<u>(78.354)</u>	<u>(26.605)</u>

Referem-se à aquisição de energia elétrica, no montante de 478.704,72 MWh, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

21 Encargos de uso da rede elétrica

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Encargos de uso da rede elétrica	<u>(8.902)</u>	<u>(8.495)</u>
	<u>(8.902)</u>	<u>(8.495)</u>

Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão incorridos e pagos entre dezembro de 2017 e junho de 2018, subsequentemente determinados indevidos, conforme Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL. Este saldo será compensado mensalmente a partir do início da atividade de geração de energia elétrica até a realização total do crédito. Em 31 de julho de 2018, com base no estipulado pelo Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL citado acima, a Companhia reclassificou R\$ 18.473 para o Ativo Circulante - Despesas antecipadas (Nota Explicativa nº 8).

A partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia iniciou as apropriações do saldo do Ativo Circulante - Despesas Antecipadas, conforme orientação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

22 Despesas gerais e administrativas

	Nota	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Composição total das despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros	22.a	(3.576)	(2.235)
Pessoal, encargos e benefícios	22.b	(2.178)	(2.794)
Litígios trabalhistas	17	(790)	-
Depreciações e amortizações	11 e 12	(649)	(118)
Passagens e hospedagens		(140)	(145)
Arrendamentos e aluguéis		(116)	(73)
Materiais		(73)	(42)
Outros		<u>(380)</u>	<u>(261)</u>
		<u>(7.902)</u>	<u>(5.668)</u>

a. Serviços de terceiros

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Assessoria e Consultoria de O&M	(2.195)	-
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(898)	(1.785)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(259)	(126)
Telefonia, Internet, água e energia elétrica	(92)	(96)
Monitoramento e vigilância	(29)	(136)
Transportes	(9)	(21)
Outros	<u>(94)</u>	<u>(71)</u>
	<u>(3.576)</u>	<u>(2.235)</u>

b. Pessoal, encargos e benefícios

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Remuneração de empregados	(1.362)	(2.086)
Encargos trabalhistas	(499)	(427)
Benefícios a empregados	(317)	(281)
	(2.178)	(2.794)

23 Resultado financeiro

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras (a)	1.125	2.143
Descontos obtidos	9	10
Juros e Multas	6	
	1.140	2.153
Despesas financeiras		
Juros e multas	(266)	(110)
Outras despesas financeiras	(35)	-
IOF (b)	(11)	(20)
	(312)	(130)
	828	2.023

- (a) Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.
- (b) Em 31 de março de 2019 e 2018, o montante de IOF pago pela Companhia originou-se de aplicações financeiras que permaneceram investidas por menos de 30 dias.

24 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2019 e 2018, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

- Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração. A composição detalhada do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria estatutária está disponível para consulta no Formulário de Referência da Companhia, devidamente protocolado no *site* da Comissão de Valores Mobiliários, e, ainda, no *site* de Relações com Investidores da Companhia.
- Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; e a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

- A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	01/01/2019 a 31/03/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
EDF Projetos	Serviços (a)	-	1.829	(835)	-	2.120	(6.019)
	Total	-	1.829	(835)	-	2.120	(6.019)
UTNF	Serviços (b)	45	151	(201)	581	50	(1.517)
	Total	45	151	(201)	581	50	(1.517)
CHESF	Venda de energia elétrica	375	-	1.090	-	-	-
	Acordo bilateral (d)	-	-	-	-	-	(721)
	Total	375	-	1.090	-	-	(721)
ELETRONORTE	Venda de energia elétrica	375	-	1.090	-	-	-
	Acordo bilateral (d)	-	-	-	-	-	(721)
	Reserva não contratada (e)	-	-	-	-	2.515	(9.980)
	Compra de energia (f)	-	-	-	-	-	(142.305)
	Total	375	-	1.090	-	2.515	(153.006)
Total geral	795	1.980	1.144	581	4.685	(161.263)	

- (a) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e Instalações associadas.
 (b) Prestação de serviços de gestão da UHE Sinop por recursos humanos cedidos à Companhia pela UTNF.
 (c) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão.
 (d) Prêmio por descontratação de energia elétrica por meio de CCEAR.
 (e) Prêmio mensal por descontratação de energia elétrica no ACL.
 (f) Compra de energia elétrica no ACL.

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2018 foi determinada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2018.

	31/03/2019	31/03/2019
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (a)	(505)	(1.174)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (b)	(206)	(198)
Benefícios do Conselho de Administração e diretores (c)	(93)	(75)
Remuneração do Conselho Fiscal (d)	(56)	(33)
	(860)	(1.480)

- (a) Composta por ordenados e salários.
 (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
 (c) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, entre outros.
 (d) Composta por ordenados e salários.

25 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de março de 2019, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	31/03/2019		31/12/2018	
		Ativos financeiros a custo amortizado	Valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo					
Titulos e valores mobiliários	5	35.265	35.265	15.999	15.999
Fundos vinculados	9	67.445	67.445	56.616	56.616
		102.710	102.710	72.615	72.615
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores e encargos setoriais	13 e 16	111.975	111.975	105.243	105.243
Empréstimos e financiamentos	14	1.074.157	1.074.157	1.076.803	1.076.803
Debêntures	15	244.767	244.767	236.794	236.794
		1.430.899	1.186.132	1.418.840	1.182.046

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Financiamentos, empréstimos e debêntures	14 e 15	1.318.924	1.313.597
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4 e 5	(35.997)	(16.521)
Dívida líquida		1.282.927	1.297.076
Patrimônio líquido		1.104.704	978.119
Total do capital		2.387.631	2.275.195
Índice de alavancagem financeira		54%	57%

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Sinop Energia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, a Companhia está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e Bradesco.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações: (i) no Banco do Brasil, de renda fixa de baixo risco, remunerada a 96% do CDI; e (ii) no Bradesco, em conta vinculada permitida pelo BNDES, composta da seguinte forma: 87,26% em títulos públicos; 12,74% em compromissadas, remunerada em 6,15% nos últimos 12 meses.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Notas Explicativas nºs 5 e 9).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 4 e 5).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 73% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.

- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nºs 14 e 15, respectivamente.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem dependendo de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da UHE Sinop. A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de março de 2019, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Ativos			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco na depreciação da taxa de juros:	31/03/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Aplicações	57.817		54.261	51.595	49.817
Receita financeira projetada anual		Carteira de fundos	3.556	2.667	1.778
Taxa sujeita à variação			6,15%	4,61%	3,08%
Variação - R\$				(889)	(1.778)
Risco na depreciação da taxa de juros	31/03/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Aplicações	35.265		32.832	31.007	29.790
Receita financeira projetada anual		Redução do CDI	2.433	1.825	1.217
Taxa sujeita à variação			6,90%	5,18%	3,45%
Variação - R\$				(608)	(1.217)
Passivos			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco na apreciação da taxa de juros	31/03/2019	Risco	Provável	25%	50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	1.094.281		1.162.564	1.179.635	1.196.706
Despesa financeira projetada		Aumento da TJLP	68.283	85.354	102.425
Taxa de juros			6,24%	7,80%	9,36%
Variação - R\$				17.071	34.142
Risco na depreciação da taxa de juros	31/03/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	1.094.281		1.025.998	974.786	940.644
Despesa financeira projetada		Redução da TJLP	68.283	51.212	34.142
Taxa de juros			6,24%	4,68%	3,12%
Variação - R\$				(17.071)	(34.142)
Risco na apreciação da taxa de juros	31/03/2019	Risco	Provável	25%	50%
Debêntures (b)	256.375		266.245	268.713	271.181
Despesa financeira projetada		Aumento do IPCA	9.870	12.338	14.806
Taxa de juros			3,85%	4,81%	5,78%
Variação - R\$				2.468	4.935
Risco na depreciação da taxa de juros	31/03/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Debêntures (b)	256.375		246.505	239.102	234.167
Despesa financeira projetada		Aumento do IPCA	9.870	7.403	4.935
Taxa de juros			3,85%	2,89%	1,93%
Variação - R\$				(2.468)	(4.935)
Composição dos saldos			BNDES (a)	Debêntures (b)	
Nota explicativa			14	15	
Saldo final			1.074.157	244.767	
Custo incremental			20.124	11.608	
			1.094.281	256.375	

Premissas (média entre 2019 e 2020)

TJLP - Passivos	a.a.	6,24%
Carteira de fundos Bradesco - Ativos	a.a.	6,15%
CDI - Ativos	a.a.	6,90%
IPCA - Passivos	a.a.	3,85%

26 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As garantias financeiras têm como finalidade proporcionar maior segurança às operações

de compra e venda de energia elétrica na CCEE, tendo em vista que eventuais inadimplências podem comprometer a segurança das operações.

- **Seguradora: Junto Seguros S.A.** (anteriormente denominada **J. Malucelli Seguradora S.A.**)
Objeto: Seguro Garantia em favor da CCEE
Apólice nº 01-0775-0185254
Vigência: 15/04/2018 até 01/08/2019
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 62.210

Além da apólice acima, a Companhia figura como beneficiária do seguro tipo D&O contratado em nome da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., cujas condições constam da seguinte forma:

- **Seguradora: AIG Seguros do Brasil S.A.**
Objeto: Seguro D&O
Apólice nº 087372018010310000748
Vigência: 01/04/2018 até 01/04/2019
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 14.248

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros a seguir:

- **Seguradora: Austral Seguradora S.A.**
Objeto: Risco de Engenharia - Execução de obras civis em construção da UHE Sinop
Apólice nº 1006700000512
Vigência da cobertura básica: 19/08/2014 até 28/02/2019
Vigência da manutenção ampla: 28/02/2019 até 28/02/2021
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.199.810
- **Seguradora: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.**
Objeto: Responsabilidade Civil Geral - Construção, Instalação e Montagem da UHE Sinop
Apólice nº 51510000242
Vigência: 31/12/2018 até 31/03/2019
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 50.000
- **Seguradora: Liberty Seguros**
Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica
Apólice nº 76-97-000.197
Vigência: 01/02/2019 até 15/02/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 751

A Companhia é favorecida do depósito de caução a seguir:

- **Banco: Caixa**
Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica
Ag.: 2403 Conta 473-5
Abertura da conta: 01/02/2019
Depósito: R\$ 751

27 Compromissos

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 90.628 de compromissos assumidos, que se referem, principalmente, a: (i) contratação de fornecedores de materiais e serviços para a construção da UHE Sinop; (ii) contratação de serviços para a operação, gestão e manutenção da UHE Sinop; e (iii) obrigações assumidas em função do constante do Plano Básico Ambiental.

Compromissos	Total
Operação e manutenção da usina	44.608

Plano Básico Ambiental	19.422
Obras da barragem	7.792
Outros	5.519
Assessorias, consultorias e auditorias	5.196
Supressão vegetal	4.156
Obras do reservatório	3.935
Total	90.628

28 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 31 de março de 2018 a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2018
Aquisição de bens do ativo imobilizado	73.170
(-) Aquisições via fornecedores que não tiveram efeito caixa	(21.002)
Total dos pagamentos para aquisição de bens	52.168

29 Eventos subsequentes

a) Integralização de capital social

Em 05 de abril de 2019, o montante de R\$ 37.936 foi integralizado em moeda corrente no prazo estipulado na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2019.

b) Autorização para Rescindir Contrato de Engenharia, Fornecimentos e Construção em Assembleia Geral de Debenturistas de 26 de abril de 2019

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 26 de abril de 2019, os investidores detentores da segunda emissão da Sinop Energia, que representam 82,3% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na cláusula 6.1 da Escritura de Emissão) na hipótese de rescisão do Contrato de Engenharia, Fornecimentos e Construção, celebrado entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A. em 01 de novembro de 2013 e posteriormente aditado em 16 de junho de 2015, 05 de outubro de 2016, 07 de junho de 2018 e 10 de janeiro de 2019, nos termos das Cláusulas 6.1.2 (i) e 7.1 (xxxii) da Escritura de Emissão.

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente e
Diretor para assuntos industriais, de meio ambiente e fundiários

Mauro de Almeida Santos
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9